

Estudo Técnico Preliminar 37/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 65407.008682/2023-76

2. Descrição da necessidade

A contratação de empresa visando à prestação de Serviço de Agenciamento de Passagens para esta unidade é necessária para atender o Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva e demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas, justifica-se para manter o bem público em perfeito estado de operação, além de atender ao Objetivo Estratégico Organizacional: Aumentar a efetividade na gestão do bem público.

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

3. Área requisitante

Seção de Transporte Administrativo da 22ª Bda Inf SI

RAFAEL SILVA FORTUNATO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A prestação do serviço será não continuada, haja vista o princípio da economicidade e o interesse público, uma vez que a necessidade de utilização de tais meios não é contínua;

Serviço de emissão de passagens são trabalhos executados pela Contratada para disponibilizar bilhetes solicitados pela Contratante nas condições estipuladas.

Passagens rodoviárias e fluviais compreendem o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação.

Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões.

A emissão de "um bilhete" caracteriza "um" serviço de agenciamento de emissão de passagens rodoviárias ou fluviais.

De forma similar, cada bilhete remarcado e/ou cancelado caracteriza um serviço de remarcação e /ou cancelamento de passagens rodoviárias e fluviais.

Usuário da passagem será em nome do militar e ou servidor civil qual foi emitida a passagem.

O preço das passagens a ser cobrado pela contratada, deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

A Contratada deverá disponibilizar no mínimo dois contatos telefônicos e um endereço de e-mail nos quais a Contratante possa solicitar seus serviços;

Os contatos supramencionados poderão ser de central de atendimento da Contratada, de funcionário designado para este fim ou a combinação de ambos;

A pessoa ou o setor de que trata o item acima deverá ter disponibilidade para atender as possíveis solicitações deste Órgão Público, inclusive em dia não útil e fora do horário comercial;

Para evitar possíveis aumentos nos preços das passagens, os seguintes prazos deverão ser observados:

Serviço de emissão de passagem deverá ser executado em no máximo 3 (três) horas, após a solicitação;

Os demais serviços citados neste instrumento deverão ser executados em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação.

Os prazos descritos nos dois itens acima poderão ser prorrogados, a critério da Contratante.

A responsabilidade pela assessoria e cotação dos bilhetes de passagens é da Contratada e fazem parte do serviço de emissão de bilhete de passagem;

A Contratada deverá observar todas as exigências, a correspondência entre o que será solicitado e a passagem a ser adquirida, a segurança dos passageiros e os princípios da economicidade, da legalidade, da eficiência e da tempestividade;

Eventuais ou possibilidades de promoções e descontos, devido a compra coletiva de passagens, períodos festivos, etc. deverão ser repassados a Contratante, visando o princípio da economicidade;

A Contratante poderá negar receber o bilhete de passagem, caso entenda que tal objeto de prestação de serviço não corresponde ao que fora solicitado;

O julgamento de aceitação do bilhete de passagem terá por base os seguintes preceitos: as exigências do contrato, a correspondência entre o que foi solicitado e o que será fornecido, a segurança dos passageiros, economicidade, a legalidade, a eficiência e a tempestividade;

Os custos referentes a não aceitação do bilhete emitido ficarão por conta da Contratada;

Os custos pelo Cancelamento do bilhete de passagem já emitido e aceito, ficarão por conta da Contratante;

Para minimizar a incidência de não aceitação de bilhetes de passagens emitidos, a Contratada deverá solicitar o aval prévio da Contratante, informando todos os dados do bilhete a ser posteriormente emitido;

A Contratante poderá apresentar a Contratada, ao solicitar o serviço ou em resposta ao subitem acima, orçamento de emissão de bilhete de passagem de menor preço ou que melhor atenda o interesse público, neste caso, salvo se adquirir/possuir outro orçamento menor preço, a Contratada deverá emitir o bilhete de passagem apontado pela Contratante;

Os bilhetes de passagens deverão pertencer à Companhias de Transporte Regulares e que possuam autorização para exercer suas funções segundo normativo vigente nas esferas municipal, estadual e federal;

Da comprovação dos valores a serem pagos:

Todo o custo advindo da prestação de serviço (custo efetivo da passagem, custo de cancelamento, multa por cancelamento, etc.), deverão ser comprovados mediante apresentação de Nota Fiscal, gerada pela Companhia de Transporte que emitiu o bilhete de passagem rodoviária ou fluvial;

Não será aceito o Cupom Fiscal como comprovante de gastos;

O bilhete de Passagem com valor fiscal, emitido, poderá ser aceito como Nota Fiscal, desde que este possua tal finalidade, de acordo com normativo vigente;

A Nota Fiscal ou bilhete com valor fiscal, emitida pela empresa de transporte, deverá ser destinada à Contratada, ou a Contratante, ou a pessoa indicada pela Contratante que utilizará o meio de transporte;

Não serão aceitas Notas Fiscais ou Bilhetes com Valor Fiscal sem um destinatário específico citado no Item acima.

A Contratada deverá emitir Nota Fiscal própria referente ao seu Serviço Comissionado, que fora objeto de lance por ocasião do processo licitatório;

Ao fim, para solicitar o pagamento do serviço prestado, a Contratada deverá emitir Fatura, onde conste, separadamente:

Os valores da emissão de cada bilhete de passagem rodoviária ou fluvial ou taxas, multas, etc. a serem pagas;

Os valores referentes a cada serviço de Agenciamento de Viagem, executado pela Contratada;

Notas Fiscais, em anexo a fatura.

5. Levantamento de Mercado

A contratação pretendida alinha à política que o Governo Federal vem implantado na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade e menor preço, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo não só a demanda, como principalmente o custo dos serviços e materiais contratados.

A escolha atende os princípios norteadores da Administração Pública como é o caso do princípio de economicidade, que busca a concretização de resultados com o menor custo possível e o princípio de eficiência que é um importante instrumento para que se possa exigir a qualidade dos produtos e serviços. É sabido que na licitação de uma maior quantidade de itens, onde não há obrigatoriedade em participar de todos os itens, a disputa se torna mais abrangente, alcançando um número potencialmente maior de fornecedores interessados, o que desencarece o preço total e tem um resultado mais positivo que a gestão de outra alternativa.

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva, Grande Unidade do Exército Brasileiro, composta, na Guarnição Militar de Macapá-AP, pelo Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, Companhia de Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva e o Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva, atualmente, possui um efetivo de mais de 1400 (um mil e quatrocentos) militares. Este efetivo encontra-se locado em quatro localidades distintas no estado do Amapá (Macapá, Clevelândia do Norte, Vila Brasil e Tiriós). Tamanha descentralização ocorre com o intuito de

proporcionar a presença da Força Terrestre Brasileira, e consequentemente do Estado Brasileiro, na maior extensão possível da faixa de fronteira sob a responsabilidade da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, segundo critérios técnicos e operacionais adotados pelo Comando do Exército;

Ademais, esta Grande Unidade possui outras Unidades Militares sob seu comando direto, unidades estas, localizadas em São Luiz-MA e Belém-PA. Por vezes, faz-se necessário o transporte administrativo individual ou de pequenos grupos de militares entre os estados citados e seus municípios interioranos;

A Instrução Normativa SLTI nº 3, de 2015, arts. 3º, 4º e 17, prevê a possibilidade, para os casos em que houver impedimento de emissão junto à empresa credenciada ou aos casos emergenciais devidamente justificados no Sistema de Concessão de Passagens e Diárias (SCDP), de emissão na modalidade agenciamento, por meio de serviço prestado por agência de turismo.

Cabe, ainda, salientar que o SCDP não contempla a emissão de passagens rodoviárias e fluviais. Tais modais são de extrema importância para o cumprimento das missões administrativa e operacionais da 22ª Brigada de Infantaria de Selva;

Por fim, não é possível prever, todas as possíveis localidades que necessitarão de deslocamento de pessoal, o que impossibilita ou torna pouco eficiente a realização de licitação para compras de passagens a trecho fixo, disto, somada a regularização por Lei, das atividades das Agências de Viagens, optou-se por adquirir tal prestação de serviço não continuado.

Foram feitas as memórias de cálculo dos quantitativos necessários para atender a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, baseado nas notas de empenho geradas nos anos de 2022 e 2023 conforme tabela anexa.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa visando à prestação de Serviço de Agenciamento de Passagens, a fim de atender as necessidades desta Grande Unidade do Exército Brasileiro, visando o bom cumprimento das operações e demais atividades do Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva e demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas, quando os meios próprios ou disponibilizados pelo escalão superior não forem suficientes e/ou os mais apropriados para atender a demanda, tendo em vista a segurança, a economicidade e o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Conforme Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada em grupos de itens pois os serviços de emissão de bilhetes e o repasse do valor da passagem serão vinculados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas para o corrente exercício financeiro e nem atas de registro de preços vigentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A estimativa da quantidade juntamente com a pesquisa de preços elaborada, está de acordo com o planejamento do órgão.

12. Resultados Pretendidos

Aumentar a efetividade na gestão do bem público, conforme Objetivo Estratégico Organizacional, desta GU, de acordo com o Plano de Gestão.

13. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente deste órgão para contratação dos serviços deste estudo.

Quanto à participação de outras Unidades Administrativas, a partir do lançamento da Intenção de Registro de Preços, os Órgão Participantes devem encaminhar a documentação correspondente para que seja considerada e aprovada sua participação, bem como para consolidação do processo licitatório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

No caso em questão, deve-se priorizar a utilização de materiais que não agredam o meio ambiente, bem como deve-se exigir que os resíduos sólidos sejam deixados em locais previstos na legislação vigente. Não haverá impacto ambiental com a construção de novos espaços, apenas a manutenção corretiva e preventiva dos já existentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Essa solicitação se faz necessária pois a aquisição de passagens aéreas, fluviais e terrestres, é de extrema importância para o desempenho das atividades operacionais, de instrução e institucionais do Cmdo 22ª Bda Inf SI

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL SILVA FORTUNATO

Presidente da Equipe de Contratação

JULIO STEFAN PERES DE CARVALHO

Integrante Técnico da Equipe de Contratação

HILGNER LOPES PEREIRA

Gestor de Riscos da Equipe de Contratação

JOSÉ GENIMÁRIO ALVES JÚNIOR

Integrante Administrativo da Equipe de Contratação